

Sumário

Prefácio - Elisa Frühauf Garcia | 7

Introdução | 11

Goiás: a capitania central, mas fronteira | 25

Goiás nos séculos XVIII e XIX | 25

Os aldeamentos | 28

Um espaço indígena? | 30

Aldeamentos em Goiás | 32

Os carajás e os javaés | 36

A vez dos caiapós | 42

Depois dos caiapós, os xavantes | 55

O conceito de fronteira | 57

Em torno da “visão turneriana” | 58

Questionamentos a Turner: novas abordagens | 60

O olhar e a invisibilidade | 64

Mulheres indígenas na História | 71

Mulheres intérpretes, índias influentes | 73

Ser mulher indígena | 77

A escrita sobre as índias | 91

O gênero e a vida das índias | 99

Damiana | 105

Elementos biográficos | 106

A vida em São José de Mossâmedes | 111

As expedições de Damiana | 121

Olhares sobre Damiana | 129

Questões de gênero | 133

Outras lideranças femininas | 138

A “decadência” dos aldeamentos | 144

Considerações finais | 151

Referências | 155

Agradecimentos | 165

Prefácio

Os índios eram personagens praticamente inexistentes na historiografia brasileira até recentemente. Se é bem verdade que os livros hoje considerados essenciais para a construção deste campo de pesquisa foram lançados no início da década de 1990, foi apenas em meados dos anos 2000 que o tema começou a se consolidar. Cresceu junto com os programas de pós-graduação no país e se fortaleceu com a profissionalização do historiador. Os novos estudos significaram um marco na temática, consolidando um campo atualmente reconhecido pela sua relevância e qualidade. A pesquisa desenvolvida por Suelen Siqueira Julio em sua dissertação de mestrado se insere neste movimento, dialogando com questões caras ao estado da arte da história dos índios no Brasil e na América espanhola.

Articulando a problemática das fronteiras americanas com a da legislação indigenista, Suelen constrói o cenário da sua narrativa: Goiás na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Tratava-se de uma capitania com todas as características de uma fronteira interna, na qual os sujeitos construía as suas vidas transitando entre as áreas efetivamente ocupadas pela sociedade colonial e os sertões, controlados pelos índios. Os limites entre esses espaços mudavam frequentemente e a capacidade de mover-se em diferentes ambientes era uma qualidade valorizada socialmente, importante na projeção dos personagens locais.

Na segunda metade do século XVIII, estava em vigor a legislação indigenista pombalina, um dos marcos mais significativos nas políticas direcionadas aos povos nativos. Formulada no governo do Marquês de Pombal, tratava-se de uma série de diretrizes abrangentes que buscavam modificar a condição socialmente subalterna dos índios. A ideia era transformá-los em vassallos iguais aos de origem portuguesa. Para tanto, pretendia-se consolidar a sua condição de sujeitos livres dentro do Império português, superando a frequente associação com a escravidão que eles tinham vivenciado até então. Deveriam ser transformados, na visão dos administradores coloniais, em “vassallos úteis” que ajudassem a povoar o amplo território brasileiro. A legislação considerava especialmente as áreas de fronteira. Lá, a construção de relações de amizade com os índios, ou seja, o estabelecimento de alianças políticas com determi-

dados grupos, deveria viabilizar os projetos lusitanos. O período foi um dos mais analisados a partir da renovação historiográfica dos anos 2000 aqui mencionada. Pesquisas de vários autores abordaram as diversas dimensões da aplicação dessa legislação em todas as regiões do Brasil, considerando, claro, as suas especificidades. Muitos trabalhos destacaram, ainda, as apropriações dos indígenas daquela conjuntura específica, analisando a maneira como eles inseriram as suas próprias políticas nas diretrizes imperiais.

Suelen, porém, não apenas retoma esta discussão. Ela acrescenta personagens e enredos até então praticamente desconhecidos. A condição de fronteira da capitania e a legislação pombalina não são a parte central do seu trabalho; são apenas o palco da trama principal: a trajetória de uma menina caiapó, batizada como Damiana da Cunha em 1781. Neta de Angraí-oxá, um importante cacique, chegou a Vila Boa ainda pequena, acompanhando o seu grupo, que havia negociado condições favoráveis de aldeamento. O governador, D. Luís da Cunha Meneses, aplicando a legislação indigenista vigente, ofereceu uma série de condições para a acomodação dos índios naquele contexto. Tratando com mais distinção os índios principais, como então se fazia, foi padrinho de batismo de Damiana, deu-lhe seu sobrenome e a levou para viver na sua casa. Ela permaneceu pouco tempo naquele ambiente, mas foi o suficiente para estabelecer uma série de laços – religiosos, políticos e culturais – com a sociedade local. Vínculos que seriam fundamentais no seu futuro.

A vida na casa do governador e os costumes lá adquiridos não afastaram Damiana do convívio com seu grupo. Ao contrário: potencializaram a sua condição de liderança, já favorecida por sua linhagem. Ela se destacou na defesa dos interesses dos aldeamentos formados com os caiapós, especialmente o de São José de Mossâmedes, no qual viveu grande parte de sua vida adulta. A maior projeção social de Damiana, porém, ocorreu como “sertanista”. Ou seja, no comando de expedições que entravam no sertão e convenciam os índios que lá estavam a ingressarem na sociedade colonial, geralmente aceitando o aldeamento nos arredores de alguma vila. No caso das negociações conduzidas por Damiana, próximo a Vila Boa. Essas entradas eram características da sociedade colonial. Duravam meses, até anos, e eram fundamentalmente lideradas por homens. Ademais, são, em nossa historiografia, identificadas com os interesses dos luso-brasileiros, sem protagonismo dos índios.

Suelen analisa a trajetória de Damiana a partir de fragmentos legados pela administração colonial, além de alguns relatos de viajantes que estiveram na região nas primeiras décadas do século XIX. Apesar de lacunares, as fontes permitem que a autora desenvolva uma discussão ainda incipiente no campo da história dos índios: as conexões entre gênero e etnia, e o faz a partir de um caso que se afastava dos padrões então vigentes. Não apenas por seu papel como liderança política. Ainda que não fosse comum, há sugestivas menções a mulheres *cacicas* nas fontes, usualmente referidas como índias principais. A excepcionalidade de Damiana vincula-se ao seu protagonismo na questão indígena naquele contexto, reconhecido durante décadas por vários agentes locais. Relaciona-se, ainda, à sua identificação com uma série de elementos característicos da sociedade colonial, tais como a devoção ao catolicismo e a adesão ao projeto dos aldeamentos. E é nesse ponto que Suelen retoma o cenário para investigar a trajetória de Damiana.

A análise biográfica articula-se com os condicionantes sociais. A construção da personagem principal foi possível naquele contexto devido às necessidades de uma região de fronteira dependente do apoio dos índios e às possibilidades de negociação incentivadas pela legislação pom-balina. Foram, ainda, potencializadas pela longa experiência que os caia-pós tinham de negociação com a sociedade envolvente. O mundo de Damiana, onde ela havia nascido e crescido, fora gerado pela convergência desses aspectos. Da articulação das circunstâncias de Damiana tão bem analisadas por Suelen, emerge o resultado que os pesquisadores buscam em seus trabalhos. Não um sujeito hiper-real, idealizado pela agenda política contemporânea, mas um personagem histórico, um índio concreto. Ou melhor, uma índia, cuja trajetória merece um lugar na historiografia que este livro ajuda a construir.

Elisa Frühauf Garcia